

Espaço da Reitoria

Sérgio Roberto Kieling Franco
Secretário de Educação a Distância

EaD na UFRGS: inclusão, qualidade e vanguarda

Um dos destaques a se fazer a respeito da recente expansão da educação superior pública é o papel da oferta de cursos a distância protagonizados pelos programas federais, como o ProLicenciatura e o Sistema Universidade Aberta do Brasil. No último período de formaturas da UFRGS, cerca de 600 alunos se graduaram nos cursos de Pedagogia e Administração a distância. A maioria deles, não fosse a possibilidade de estudar a distância, jamais teria a oportunidade de ser aluno da nossa instituição, principalmente em razão do local em que vivem e trabalham, afora a impossibilidade de frequentarem um curso nos horários convencionais. Foram destaques, nos discursos de todas as turmas, o rigor acadêmico e o esforço enorme para fazer jus à qualidade do curso proposto por nossa

Universidade.

Tais testemunhos apontam que, quando a UFRGS decidiu pela oferta de cursos na modalidade EaD, tomou um rumo acertado, seguindo sua vocação de atendimento às necessidades da população, promovendo inclusão sem abrir mão da excelência acadêmica.

Há de se ressaltar que o destaque da EaD na nossa Universidade não está somente na oferta de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de extensão universitária, já tão difundidos, mas no papel que ela tem exercido na modificação e no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas também no ensino presencial. Isso ficou bem expresso no nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quando se afirmou que “oferecer

cursos a distância não significa abrir mão da presencialidade, mas substituí-la quando possível e desejável pedagogicamente”.

Com espírito de vanguarda, a UFRGS vem diversificando o seu ensino, promovendo a integração cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação nos processos didáticos, com um destaque particular para o papel protagonista de professores e alunos, que têm possibilitado a construção de modelos diversificados, atendendo às necessidades das distintas áreas de conhecimento e dos diferentes contextos. Ainda há muito que caminhar, mas podemos dizer que estamos construindo um novo fazer pedagógico, que supera a diferenciação das modalidades, promovendo um ensino sintonizado com os novos tempos e com as novas gerações.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farrapilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecke Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva, Everton Cardoso e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico e diagramação
Juliano Brunni Pereira
Fotografia
Cadinho Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Dalane do David, João Flores da Cunha e Luiz Eduardo Kochhann
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem
12 mil exemplares

Mural do leitor

O livro do MEC ensina a falar errado? NÃO!

Nos últimos dias, o livro “Por uma Vida Melhor”, da Coleção Viver, Aprender – adotado pelo Ministério da Educação (MEC) e distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) – tem alimentado acesa polêmica na mídia brasileira. O alvo de críticas é um trecho do capítulo “Escrever é diferente de falar” (<http://migre.me/4Co39>) que afirma “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar ‘os livro’?’ Claro que pode. Mas fique atento, porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico [...] Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas”. Frente às interpretações que consideramos equivocadas a respeito de “Por uma Vida Melhor”, muitas vezes embasadas na descontextualização de passagens

e de afirmações do livro, defendemos que o capítulo “Escrever é diferente de falar” cumpre o papel da escola: o de ensinar a norma culta, tarefa que implica promover uma reflexão sobre a diferença entre a fala e a escrita. Os exemplos da variedade popular, como “Nós pega o peixe” e “Os livro ilustrado mais interessante estão empastado”, são usados para refletir sobre variedades que o aluno já conhece e sobre diferentes contextos em que são usados para, com base nessa reflexão, ensinar outras variedades, preferidas em outros contextos. Para desenvolver a consciência linguística dos alunos, o capítulo mostra como:

- não há um único jeito de falar e escrever;
- existem variações linguísticas regionais e sociais;
- a língua é instrumento de poder, e a norma culta é a variedade prestigiada;
- não existe certo e errado e, sim,

mais ou menos adequado a diferentes situações de comunicação;

- o uso de diferentes variedades causa diferentes efeitos de sentido dependendo do nosso interlocutor, e pode implicar exclusão.

Entendendo que o objetivo da escola é inserir o aluno no mundo da escrita e do uso da norma culta, por meio do ensino da leitura e da compreensão de textos, não há dúvida de que o livro permite alcançar essa meta: é um instrumento para a reflexão e para o ensino da variedade culta, promovendo a oportunidade de o aluno aprender a escolher como se expressar nos diferentes campos de atuação em sua vida. O referido capítulo mostra a riqueza e a variedade de nossa língua e assume que todos nós sabemos falar português e que precisamos aprender a variedade de prestígio para que essa também possa ser uma das nossas escolhas linguísticas.



► **Círculo Educação Linguística**
Grupo surgido em Porto Alegre (RS), em meio aos debates sobre a polêmica na mídia brasileira provocada pelo livro “Por uma Vida Melhor”. Novas manifestações do Círculo sobre a função social da escola contemporânea em promover o letramento e a educação linguística serão publicadas no blog <http://educacaolinguistica.blogspot.com/>.

jornal@ufrgs.br

Atenção: mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contracheque, devem dirigir-se à Divisão de Cadastro e Registro da Prorreatoria de Gestão de Pessoas (Av. Paulo Gama, 110 - 4.º andar). Mais informações pelo telefone 3308-3045.

Artigo

Políticas para tratar o patrimônio linguístico como recurso

Na condição de cidadãos e especialistas em questões de linguagem e sociedade, encaminhamos ao governador Tarso Genro nossa sugestão de veto ao Projeto de Lei 156/2009 tão logo tivemos notícia de sua aprovação pela Assembleia Legislativa. A proposta pretendia, em artigo que foi vetado, instituir a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa no estado do Rio Grande do Sul.

Temos participado de crítica pública e organizada a projetos de lei semelhantes, com destaque para o PL Federal 1.676/1999, do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), bem como de outras ações voltadas para propostas positivas de organização de políticas públicas relativas ao patrimônio linguístico brasileiro.

Como linguistas, professores universitários e formadores de professores de Língua Portuguesa no Brasil e no exterior, entendemos que não é imperioso proteger a língua portuguesa, mas sim promovê-la. O PL 156/2009, além de inócuo quanto aos efeitos pretendidos, poderia servir de instrumento para perseguição casuística, como

ocorreu no Estado Novo. No fórum “O Governo Escuta”, realizado em 11 de maio no Palácio Piratini, reiteramos nossos pareceres, alertando o governador para o julgamento de inconstitucionalidade de lei estadual com teor semelhante no Paraná. Destacamos ainda a impossibilidade de aplicar com rigor a obrigatoriedade de tradução, por falta de critérios seguros que estabeleçam o que é ou não um estrangeirismo, o que pode ou não ser aceito numa grafia ou outra. Propusemos, por outro lado, que o estado dê exemplo aos cidadãos, produzindo comunicação escrita clara e correta em língua portuguesa, a começar por textos singelos como placas de trânsito. Quanto ao uso de estrangeirismos evidentes, sugerimos que se aliciem, por exemplo, as razões para *home banking*, *office banking*, *online*, *site*, *chip* e *leasing* no portal de internet do Banrisul.

Mais que isso, protocolamos em 18 de maio uma carta aberta ao governador Tarso Genro (disponível em <http://migre.me/4BR9X>), com recomendações de “Políticas linguísticas para o nosso Estado”. Acreditando que boas políticas linguísticas são um

caminho para relações mais democráticas e, assim, para a plena cidadania, formulamos linhas de ação com bases realistas e tecnicamente defensáveis, que promovam a língua portuguesa e as demais línguas do patrimônio linguístico brasileiro, muitas das quais faladas no Rio Grande do Sul.

No documento, propomos avançar para além de políticas linguísticas de defesa, na direção de políticas de promoção, nas quais o estado adote uma visão de língua como recurso em vez de problema. Sugerimos 13 objetivos para a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, entre eles: comunicação do estado em enunciados corretamente redigidos, conforme a norma escrita da língua, em linguagem acessível à compreensão de todos, desde os documentos da administração dirigidos aos cidadãos, publicidade e portais de internet de órgãos do estado até placas de trânsito; melhoria das condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa, com um computador por aluno e bibliotecas escolares bem aparelhadas em todas as unidades das redes públicas, programas educativos de rádio

e televisão que tratem dos usos e do ensino de língua portuguesa, visando à educação linguística dos agentes públicos e da população em geral quanto à renovação do ensino do idioma. Para promover o reconhecimento e a valorização das diversas outras línguas faladas por comunidades gaúchas, instamos o estado a levar adiante o que prevê recente Lei Federal que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

Quando as complexidades da nossa realidade linguística chegam de supetão ao debate público nacional em discussão ainda controversa sobre o ensino de Língua Portuguesa, nos alegamos em levar à coletividade rio-grandense e brasileira propostas alentadas pelos avanços intelectuais arduamente conquistados nos estudos da linguagem em nossa comunidade acadêmica.

Pedro de Moraes Garcez*
e Ana Maria Stahl Zilles**

*Professor de Linguística e Ensino do curso de Letras da UFRGS / **Professora de Linguística da Unisinos, aposentada da UFRGS